



Assembleia Municipal de Sesimbra

Edital n.º 125/2016 - "DAF/UAAM"

----- JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA -----

----- FAZ PÚBLICO, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art. 19º. do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2016, tomou as seguintes deliberações:-----

----- Deliberou por unanimidade adiar os pontos n.ºs 1 e 3 da Ordem de Trabalhos para a próxima sessão da Assembleia Municipal, "Apreciação da Atividade Municipal" e "Eleição do Coordenador da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica" respetivamente. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Aprovou, por unanimidade, as atas das reuniões da Assembleia Municipal de Sesimbra realizadas em 12/02/2016 e 26/02/2016.-----

----- Tomou conhecimento dos seguintes documentos aprovados em tempo oportuno pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais: -----

----- Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Jorge Mata: -----

----- *"É sempre difícil aceitar a partida prematura de alguém que tanto tinha ainda para dar quer a nível familiar, quer à comunidade que tão bem servia.* -----

----- *O engenheiro Jorge Mata deixa-nos aos 45 anos de idade, com um legado de competência, resiliência e humanidade que serve de exemplo a todos.*-----

----- *Este é um momento de profunda dor sentida pela esposa, filhos, pais, irmãos e demais família, e que os colegas e amigos também vivenciam.* -----

----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra deixa, de uma forma muito singela, uma palavra amiga de conforto e de solidariedade, em especial à esposa, Vereadora Claudia Mata, aos filhos, pais, irmãos e demais familiares."*-----

----- **A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em sua memória e também em memória do pai do Presidente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, recentemente falecido.**-----

----- **Saudação aos Campeões Europeus:** -----

----- *"Nas últimas semanas vivemos uma onda de grandes vitórias europeias, e dia após dia o nosso ânimo foi redobrado com os êxitos alcançados nas diferentes modalidades desportivas.* -----

----- *É um facto que a final do Campeonato da Europa em futebol, que decorreu em França, mobilizou o país e os portugueses que marcaram presença com o seu sentido patriótico, e sempre ansiosos por um*



Assembleia Municipal de Sesimbra

resultado favorável a Portugal. -----

----- O Futebol, histórica e socialmente, tem este poder de atração, mobilizando todos os países, e por isso o entusiasmo geral culminou numa vitória que todos souberam festejar! -----

----- Estamos de parabéns! Estão de parabéns todos aqueles que se empenharam ao longo dos tempos na preparação e definição de estratégias que nos permitiu alcançar a vitória final. -----

----- Mas neste mesmo período também o Atletismo, através de diferentes atletas femininos e masculinos, alcançou diversos títulos de campeões da Europa. -----

----- Através do seu trabalho, espírito de equipa e organização, envolvendo dirigentes, treinadores e atletas alcançaram os seus objetivos conquistando os valores mais altos da sua prestação desportiva. -

----- Temos uma história olímpica de grande prestígio no Atletismo, contudo estas 5 vitórias (2 de ouro, 1 de prata e 2 de bronze) acrescidas da uma vitória por equipa, são a prova de um espírito de empenho coletivo que todos reconhecemos. -----

----- A conquista de mais um título europeu com medalha de ouro, por equipas, vem reforçar a nossa competência de lutadores por um grande objetivo desportivo que o povo português também soube agraciar vivamente.-----

----- Porém, outras modalidades têm sabido marcar presença no quadro internacional do desporto português, como foi o caso de Teresa Bonvalot que se sagrou campeã da Europa de Surf em juniores. ---

----- Igualmente, e não menos importante, foi a vitória de ouro e bronze na Taça da Europa de Judo que se realizou em Gdynia, na Polónia. Também nesta modalidade, todos devemos reconhecer o grande prestígio que temos alcançado, quer no setor feminino como no masculino, por isso a nossa saudação é igualmente de reconhecimento por este título alcançado. -----

----- Por fim, desejamos realçar a grande vitória alcançada no Hóquei em Patins, no 21º Campeonato da Europa, realizado em Portugal, tendo como seu treinador e selecionador nacional Luís Sénica, sesimbrense que desejamos mais uma vez saudar. -----

----- É uma honra para Sesimbra, mas é sobretudo a digna recompensa de um profissional que tem ao longo da sua carreira vindo a ganhar o prestígio que todos lhe reconhecem, fruto do seu esforço, trabalho e persistência. -----

----- É uma honra e com grande satisfação que a Assembleia Municipal de Sesimbra felicita e saúda todos e todas os/as atletas que granjearam os títulos de campeões europeus, alcançados nas diferentes modalidades desportivas, igualmente extensivos às respetivas equipas técnicas e dirigentes federativos.

----- Dar conhecimento -----

----- Camara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Federação Portuguesa de Futebol; Federação de Patinagem em Portugal; Federação Portuguesa de Atletismo;



Assembleia Municipal de Sesimbra

Federação Portuguesa de Surf; Federação Portuguesa de Judo; Comité Olímpico de Portugal; Luís Sénica

----- **Certificado de Congratulação a Luis Sénica**-----

----- *“A Assembleia Municipal de Sesimbra congratula-se pelo facto da seleção nacional de hóquei em patins, dirigida por Luís Sénica, ter obtido o Título de Campeã no 52º Campeonato da Europa, que decorreu em Oliveira de Azeméis durante o mês de Julho de 2016.* -----

----- *Através da sua competência, sentido de responsabilidade e dedicação à modalidade, Luís Sénica tem sabido projetar o País e dignificar o Município de Sesimbra.*-----

----- *É com orgulho que manifestamos o nosso agradecimento ao cidadão sesimbrense que com esta vitória, obtida após decorridos 18 anos de interrupção, escreveu uma página bonita na história de desporto nacional e europeu.”* -----

----- **A Assembleia Municipal tomou as seguintes deliberações:** -----

----- **Aprovou por unanimidade o seguinte Voto de Louvor aos Bombeiros Portugueses:** -----

----- *“Nos últimos tempos o nosso País tem sido fustigado pelos incêndios que assolam o continente de norte a sul e a Ilha da Madeira, onde já morreram pessoas e animais. Os Bombeiros não têm mão a medir no combate a estes incêndios que se alastram a grande velocidade e cujas proporções se tornam devastadoras. Os nossos Bombeiros não conseguem estar em todo o lado ao mesmo tempo e tentam salvar primeiramente pessoas e bens, missão muitas vezes dificultada pelo avançar das chamas. Felizmente temos um País solidário e tem havido muitas iniciativas para apoiar os nossos Bombeiros, o que demonstra o reconhecimento pelo papel importante que têm exercido.* -----

----- *Considerando o referido anteriormente, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de setembro de 2016 aprova um Voto de Louvor aos Bombeiros Portugueses pelo serviço prestado ao País.”*

----- **Aprovou por maioria, com 19 votos a favor (13 CDU, 5 PS e 1 BE) e 4 abstenções (2 PSD/CDS-PP e 2 MSU), a seguinte Moção com o título “Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento”:**-----

----- *“Recentemente, têm estado em negociação, vários tratados internacionais, entre eles TTIP, CETA, TPP, TISA, que visam, oficialmente, liberalizar o investimento e o comércio em vastas zonas do globo, com o declarado objetivo de construir e legitimarem novo paradigma de poder corporativo das grandes empresas sobre os Estados. No caso do TTIP, a Comissão Europeia e o Governo dos EUA têm vindo a promover, no maior secretismo, um Acordo Bilateral de Comércio Livre, também denominado por Tratado Transatlântico. O que se sabe com este tratado é o facto de se pretender “ligar ao mais alto nível de liberalização os acordos de comércio livre existentes, (bem como) a eliminação de todos os obstáculos inúteis ao comércio (...) e à abertura dos mercados”. A aceitação deste Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, tendo em conta a sua dimensão, viria afetar, de maneira*



Assembleia Municipal de Sesimbra

horizontal, todos os sectores económicos e todos os sectores da sociedade. Só por esta razão, todo o processo que envolve este acordo deveria ser um modelo de transparência e democracia, mas, de facto, não é isto o que acontece, pois o que se observa é um processo obscuro, nada transparente e pouco democrático. Após dois anos de negociações, não existe informação concreta sobre o que está a ser concertado na especificidade, nem são conhecidos verdadeiros estudos independentes sobre os impactos social, económico e ambiental e, acima de tudo, não existe um verdadeiro debate, sério e abrangente, dentro da sociedade e mesmo para as instituições democraticamente eleitas, como os Parlamentos Europeu e Nacionais, sendo a informação condicionada e escassa. Importa salientar que este tratado não é de facto um tratado qualquer, ele resulta de uma alteração de estratégia por parte dos EUA e da UE, com vista a alcançar o objetivo da liberalização do comércio mundial e que caiu num impasse com o falhanço das negociações ao nível da OMC. Assim, EUA e UE decidiram alcançar por via dos acordos bilaterais aquilo que não conseguiam alcançar com um acordo multilateral e de facto EUA e UE juntos, representam 60% do PIB mundial, 33% do comércio mundial de bens e 42% do comércio mundial de serviços, o que quer dizer que só por aqui grande parte liberalização do comércio mundial fica desde logo feita. Acresce a isto, que este acordo, a concretizar-se, servirá de pressão para que os países que têm bloqueado as negociações ao nível da OMC deixem cair determinadas exigências, uma vez que este acordo, ao mesmo tempo que favorece as trocas comerciais entre EUA e UE prejudica as exportações de países terceiros para estes dois mercados.-----

----- Em relação aos impactos que poderão advir da assinatura deste acordo eles são muitos e diversos desde logo ao nível social, com a perspectiva de destruição de milhares de empregos, nomeadamente por via da falência das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar que não sobreviverão a um mercado completamente liberalizado, onde a regra é exatamente a ausência de regras públicas de regulação do comércio e da produção. Também ao nível social, o que poderá ser perspectivado será a continuação da degradação dos direitos laborais por toda a Europa, em nome da competitividade nos mercados mundiais, por via do chamado dumping social. Por outro lado, este tratado significaria também aligeirar as regras no que respeita à garantia da qualidade dos produtos, em matéria de segurança alimentar, em matéria de impacto ambiental dos modelos de produção, em matéria de bem-estar animal, entre outros, uma vez que a harmonização da regulação que está prevista entre a UE e os EUA será sempre no sentido do menor denominador comum, ou seja, para uma forma de regulamentação mais permissiva e onde se inclui aqui a ameaça de liberalização do cultivo de OGMs. Acresce ainda que, para além de se refletir em menos políticas públicas, este tratado representaria também um atentado ao papel legislativo futuro das instituições democráticas, uma vez que, em qualquer matéria alvo de acordo e onde a realidade futura venha a ditar a necessidade de nova



Assembleia Municipal de Sesimbra

regulamentação, será necessário haver o consentimento da outra parte para que tal se possa verificar, falando-se ainda de um mecanismo para a resolução de conflitos, que permitiria que as empresas transnacionais processassem os Estados, fora dos seus tribunais nacionais, pela perda de lucros, nomeadamente de lucros futuros, o que conduziria à dissuasão da atividade pública legislativa também por esta via. O TTIP implica, igualmente, um modelo produtivo mais intensivo e concentrado. Por exemplo, ao nível do sector agrícola, o que os dados previsionais espelham é que existem diferenças de realidades no que toca a modelos de produção entre os dois lados do atlântico, nomeadamente no que respeita ao seu grau de intensificação (por ex., enquanto na UE a área média por exploração é de 13 ha, nos EUA é de 180 ha; enquanto na UE existem 57 trabalhadores por cada 1000 ha, nos EUA existem 6 trabalhadores), sabendo-se bem qual o modelo económico que sairá beneficiado por este acordo e as consequências que tal trará ao nível laboral e da sustentabilidade ambiental de um futuro modelo produtivo. Considerando que, em termos de sustentabilidade, não se coloca apenas o nível do modelo produtivo, como também o nível do modelo de comercialização, uma vez que o TTIP irá estimular ainda mais a deslocalização do consumo e da produção, num sistema baseado cada vez mais no consumo de combustíveis fósseis e na mercantilização dos recursos naturais, com enormes impactos, por exemplo, ao nível das alterações climáticas. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Sesimbra delibera, na sequência da presente proposta:

----- 1 - Manifestar estranheza por um acordo desta importância e dimensão estar a ser negociado no 'segredo dos gabinetes', sem o conhecimento dos Estados e a participação alargada dos sectores económicos e associações de consumidores nacionais. -----

----- 2 - Reclamar e tudo fazer para que qualquer futuro acordo comercial seja alvo de um processo transparente e democrático, acompanhado por um verdadeiro debate, sério e abrangente, dentro da sociedade. -----

----- 3 - Rejeitar os impactos negativos do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento em negociação, nomeadamente os sociais, económicos, laborais, ambientais e alimentares e de eventual limite às próprias funções do poder democrático, garantindo-se sempre a prioridade da defesa dos interesses nacionais. -----

----- 4 - Expressar a sua preocupação, instando o Governo para que não venha a ser subscrito este acordo, nos termos em que tem vindo a ser negociado entre os EUA e a União Europeia. Mais delibera ainda:- -----

----- Enviar a presente deliberação ao Governo, ao Ministério da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento Rural, a todos os Grupos Parlamentares, às Confederações de Agricultores, às Associações de Defesa do Consumidor e às Associações Ambientalistas. " -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto.** -----

----- Foi aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 CDU, 5 PS, 2 MSU e 1 BE) e 2 abstenções do PSD/CDS-PP, a Moção que a seguir se transcreve sobre a Central Nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol: -----

----- “Considerando que:-----

----- a) A central nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira. Os dois reatores nucleares entraram em funcionamento em 1981 e 1983, sendo dos mais envelhecidos do Estado Espanhol, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados. -----

----- b) A Central teve o seu encerramento foi previsto para 2010, mas o Governo do Estado espanhol prolongou-o até 2020;-----

----- c) São conhecidos os recorrentes acidentes na mesma Central como são exemplos o incêndio num transformador situado no exterior da Unidade, e uma varia nos equipamentos, no passado mês de Fevereiro; -----

----- d) No início deste ano, cinco inspetores do Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol vieram a público quebrar o silêncio. Depois da última vistoria à central nuclear, motivada por repetidas avarias nos motores das bombas de água, ficou claro que o sistema de refrigeração não dá garantias suficientes e que, dizem os técnicos, coloca sério risco de segurança; -----

----- e) Almaraz é apresentada pela Greenpeace como um caso extremo. A central não cumpre pontos essenciais: não tem válvulas de segurança e sistemas de ventilação filtrada para prevenir uma explosão de hidrogénio como a que ocorreu em Fukushima; não tem dispositivo eficaz para contenção da radioatividade em caso de acidente grave; não tem avaliação de riscos naturais; não está sequer prevista a implantação de um escape alternativo para calor;-----

----- f) A Assembleia da República mostrou já a sua preocupação com esta situação tendo por isso aprovado, no passado dia 29 de Abril, dois Projetos de Resolução, neste sentido; -----

----- g) A Região de Lisboa e vale do Tejo é banhada pelo Rio Tejo, e situa-se no limite da Reserva Natural do Estuário do Tejo, a maior zona húmida do país e uma das mais importantes da Europa. É o maior estuário da Europa Ocidental, e alberga regularmente 50 mil aves aquáticas invernantes. -----

----- h) No passado dia 24 de Abril decorreu, em Mérida, o primeiro encontro ibérico do movimento pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, que juntou participantes de 20 organizações políticas e ambientalistas de Portugal e de Espanha. -----

----- i) Deste encontro saiu a decisão de convocar um protesto ibérico marcado para Cáceres que se realizou no dia 11 de junho.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em Sessão Ordinária a 30 de setembro de 2016, delibera: -----

----- 1. Manifestar apoio às organizações que se mobilizam pelo encerramento da central nuclear de Almaraz. -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera ainda remeter a presente saudação para: Partidos com representação parlamentar -----

----- AZU-PT; Movimento Protejo PT; Movimento SOS tejo – PT; Zero – PT; Quercus – PT; Climáximo – PT; GEOTA – PT; FAPAS – PT; Campo Aberto – PT; MIA (Movimento Ibérico Antinuclear) - PT/ES; Ecologistas en Acción Extremadura – ES; ADENEx – ES; Podemos – ES; Izquierda Unida – ES; Anticapitalistas –ES; Equo – ES; PACMA – ES.”-----

----- **Aprovou por maioria com 21 votos a favor (13 CDU, 5 PS, 2 MSU e 1 BE) e 2 abstenções do PSD/CDS-PP a seguinte Moção sobre “Educação/Ensino Privado”:**-----

----- “A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei. A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional. A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país. Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contractos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas. Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contractos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública. O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contractos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da



Assembleia Municipal de Sesimbra

Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 30 de setembro de 2016 delibera: -----

----- 1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contractos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública; -----

----- 2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS, com o objetivo de desacreditar a Escola Pública e os seus profissionais. -----

----- 3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso concelho -----

----- 4. Afirmar ainda, junto do Ministério da Educação, a necessidade de obras de requalificação na Escola Básica 2/3 Navegador Rodrigues Soromenho de forma a melhorar as condições deste estabelecimento de ensino, bem como, a retomar o projeto já aprovado para a Escola Secundária de Sampaio; -----

----- 5. Por último, endereçar ao governo e à Assembleia da República, a firme convicção desta Assembleia Municipal quanto à já reclamada e extrema necessidade da construção de uma Escola Secundária na Freguesia da Quinta do Conde, que sirva também as carenciadas freguesias vizinhas, tendo em vista o colmatar das necessidades neste nível de ensino naquela região, para cujo efeito a Câmara Municipal de Sesimbra já disponibilizou o terreno necessário; -----

----- Dar conhecimento a: -----

----- Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Diretores de Agrupamentos de Escolas do concelho; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão de Educação da Assembleia da República; Ministro da Educação.” -----

----- O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto. -----

----- Rejeitou por maioria com 14 votos contra (13 CDU e 1 BE) e 9 votos a favor (5 PS, 2 MSU e 2 PSD/CDS-PP) uma Moção com o título “Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6”.-----

----- Os Grupos Municipais da CDU, PSD/CDS-PP e MSU prestaram Declarações de Voto. -----

----- De seguida, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade suspender o Período de Antes da Ordem do Dia e dar início ao Período Aberto às Intervenções do Público, passando-se depois ao ponto da Ordem de Trabalhos - PETIÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA – SEGURANÇA



Assembleia Municipal de Sesimbra

(RODO)VIÁRIA NA AZOIA. Após a deliberação sobre o ponto da Ordem de Trabalhos retomar-se-ia o Período de Antes do Ordem do Dia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS-----

----- Neste período intervieram as Cidadãs Ana Rita Vaz e Guilhermina Ruivo, ambas residentes na Aldeia da Azoia e em representação dos peticionários, sobre as causas que levaram à apresentação da Petição - SEGURANÇA (RODO)VIÁRIA NA AZOIA, as fases que o processo já desenvolveu e as expetativas de futuro.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PETIÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA – SEGURANÇA (RODO)VIÁRIA NA AZOIA---

----- A Assembleia Municipal, perante a Petição à Assembleia Municipal de Sesimbra nos termos do artigo 75º do seu Regimento deliberou por unanimidade, nos termos do Relatório apresentado pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que periodicamente lhe seja remetido o ponto de situação acerca das questões expressas na petição, bem assim como do Plano de Ação para a Mobilidade Sustentável (PAMUS), do Plano de Ação para a Regeneração Urbana e Criação de rede Pedonal EM 569, Azoia / Aldeia Nova Azoia, entretanto apresentado.-----

----- Retomado o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, mediante aceitação do Grupo Municipal proponente, baixar a Recomendação com o título SportZimbra, à Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos.**-----

----- **Aprovou, por unanimidade, a Moção sob o tema Escola Secundaria, uma prioridade para a Quinta do Conde, cujo conteúdo se passa a transcrever:**-----

----- *“Sesimbra foi o quinto concelho do país a registar maior crescimento populacional nos últimos 10 anos, situação que acontece pela primeira vez na história do município. À semelhança do que sucedeu em outras ocasiões, esta Assembleia Municipal volta a destacar pela negativa a falta de investimento em equipamentos escolares, designadamente na freguesia da Quinta do Conde, onde não se verificou qualquer crescimento no parque escolar ao nível do ensino secundário, que se resume, atualmente, à escola secundária de Sampaio e à Escola Básica Michel Giacometti na Quinta do Conde, sendo esta provisória há mais de 20 anos.*-----

----- *A situação supra descrita chegou ao conhecimento do Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, quer através de reuniões levadas a cabo com a Câmara Municipal, quer aquando da sua visita no passado dia 30 de Agosto à Quinta do Conde, onde teve ocasião de observar “in loco” as carências em termos de equipamentos escolares naquela freguesia, manifestamente insuficientes para*



Assembleia Municipal de Sesimbra

assegurar a qualidade do ensino secundário, consentâneo com as exigências atuais. -----

----- Pais e Encarregados de Educação vivenciam todos os anos uma preocupação constante na procura de soluções noutros Concelhos, que permitam aos seus educandos continuarem os seus estudos. Muitos alunos vêm-se forçados a deslocar-se para concelhos limítrofes, em virtude da falta de oferta e da sobrelotação da Escola Básica Michel Giacometti, que afetam o seu aproveitamento escolar, e aumentam as despesas das famílias e do próprio Município. -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, para além dos motivos acima enunciados, alicerça esta moção em dois pontos fundamentais: -----

----- Em primeiro lugar, a vontade manifestada pela população da Quinta do Conde na construção de uma nova escola secundária na Quinta do Conde, e para a qual a Câmara Municipal de Sesimbra, em devido tempo, disponibilizou um terreno. Vontade consubstanciada nas petições promovidas pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde e Associações de Pais, e que originaram que a Assembleia da República levasse a Plenário o assunto da construção da escola secundária da Quinta do Conde, onde a unanimidade sobre o tema foi a tônica entre todos as forças políticas com assento na Assembleia da República, com a aprovação de vários projetos de resolução que recomendam ao Governo a construção deste equipamento.-----

----- Em segundo lugar, cumpre salientar que este órgão municipal aprovou diversos documentos onde realça a importância da construção de uma escola secundária na Quinta do Conde, tendo igualmente promovido uma Sessão Temática sobre o “Estado da Educação no Concelho de Sesimbra”, que foca a sua atenção nas lacunas existentes no ensino secundário, em termos de equipamentos adequados e suficientes para dar resposta as necessidades do concelho de Sesimbra, em especial na freguesia da Quinta do Conde. -----

----- Assim, torna-se imperioso a construção da Escola Secundária na freguesia da Quinta do Conde-----

----- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sesimbra reafirma: -----

- 1. A necessidade urgente da construção da Escola Secundaria na Quinta do Conde;-----*
- 2. O cumprimento dos projetos de resolução aprovados na Assembleia da República; -----*
- 3. Solicitar ao Sr. Ministro da Educação uma reunião, tendo em vista a resolução deste problema que afeta a população de uma das freguesias com maior número de habitantes do país. -----*

----- Dar conhecimento:-----

----- Presidente da Assembleia da República; Área Metropolitana de Lisboa; Associações de pais; Ministro da Educação; Grupos políticos da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Educação e Ciência; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho; Comunicação social local e regional.” -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **Aprovou, por unanimidade, a seguinte Moção com o título “Pela requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho”:** -----

----- *“A Escola Básica 2, 3 Navegador Rodrigues Soromenho é a escola sede do Agrupamento com o mesmo nome e fica situada em Sesimbra. A construção do edifício remonta aos anos 60, mais especificamente 1961. Inicialmente foi um colégio particular e apenas em finais dos anos 70 passou a ser escola pública sob a tutela do Ministério da Educação, com a denominação de Escola Básica de Sesimbra.* -----

----- *Datam também dessa época, 3 pavilhões pré-fabricados, cujas coberturas são de amianto, na altura instalados no seu recinto provisoriamente.* -----

----- *As atuais dezasseis salas/espacos convertidos em salas são manifestamente insuficientes para fazer face às 24 turmas previstas na rede, número que também é insuficiente para fazer face ao número de alunos que chega das restantes escolas do Agrupamento. Ao nível das condições das salas, salienta-se a pequena dimensão de algumas que não têm capacidade para acolher o número de alunos previsto na lei. A título de exemplo, referimos apenas três antigas arrecadações que foram transformadas em salas de aula e que não apresentam as mínimas condições para esse fim.* -----

----- *Face à tipologia do edifício principal, com quatro pisos, e à exiguidade da sala de alunos, único espaço coberto para albergar todos os alunos da escola, sobretudo em dias de chuva, os corredores são muito barulhentos, o que prejudica, as aulas em funcionamento. Os lanços de escadas existentes entre os pisos são também uma situação problemática e preocupante neste equipamento. Isto também cria uma situação de impossibilidade para os alunos oriundos da Unidade de Apoio à Multideficiência, que funciona na EB1/JI de Sesimbra, que pertence ao Agrupamento e que, pelas condições atrás descritas, alguns são obrigados a mudar de Agrupamento quando transitam para o 2º ciclo, muitas vezes a grande distância da sua residência, outros têm de continuar a frequentar a Unidade na EB1/JI de Sesimbra, que dista sensivelmente 2Km da escola sede.* -----

----- *Por outro lado, algumas turmas têm que se deslocar ao Gimnodesportivo de Sesimbra, no centro da vila, onde o Ministério arrenda anualmente um ginásio, para terem aulas de educação física, o que nos coloca preocupações ao nível da segurança dos alunos.* -----

----- *Há anos que os diferentes órgãos de gestão têm tentado, junto da tutela, que esta escola seja intervencionada, tendo já a CMS expropriado um terreno contíguo à escola, para que a ampliação possa ser feita, e também mostrado junto do Ministério da Educação a sua disponibilidade para em conjunto se encontrar uma resposta rápida para a resolução deste problema.* -----

----- *Na sequência dos diversos documentos aprovados por este órgão autárquico, uma delegação em que a Assembleia Municipal se fez representar teve oportunidade de se reunir com a Comissão*



Assembleia Municipal de Sesimbra

Parlamentar de Educação, onde teve ocasião de informar os grupos políticos sobre a necessidade de obras de requalificação nesta escola. -----

----- Estas diligências ocasionaram a visita de diversos deputados da Assembleia da República à Escola Navegador Rodrigues Soromenho onde tiveram oportunidade de observar as más condições em que o ensino é lecionado neste equipamento escolar, e que culminaram com a visita do Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, onde o mesmo assumiu a necessidade de uma intervenção urgente nesta escola. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em sessão ordinária a 30 de Setembro de 2016 delibera: -----

----- 1-Reafirmar a necessidade urgente da realização das intervenções necessárias neste estabelecimento de ensino, ampliação e requalificação, para que tanto os alunos como os professores tenham condições aceitáveis de ensino e aprendizagem; -----

----- 2-Solicitar que as obras de requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, sejam inscritas no Orçamento do Estado para o ano de 2017; -----

----- 3-Solicitar ao Sr Ministro da Educação uma reunião com carácter de urgência. -----

----- Dar Conhecimento a: -----

----- Ministro da Educação; Grupos políticos da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Educação e Ciência; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho; Comunicação social local e regional.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, mediante aceitação do Grupo Municipal proponente, baixar a Moção com o título “Tratamento igualitário Movimentos Cidadãos e Alteração da Lei Eleitoral”, à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, mediante aceitação do Grupo Municipal proponente, baixar a Moção com o título “Pelo direito da população do concelho de Sesimbra ao transporte público e à mobilidade”, à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território. -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a seguinte Moção sob o tema “Atendimento ISS Quinta do Conde”: -----

----- “O Instituto de Segurança Social, IP encerrou em Fevereiro de 2015 o atendimento semanal na Freguesia da Quinta do Conde, serviço que estava a ser assegurado por duas técnicas no edifício da Junta de Freguesia. -----

----- A solução arquitetada por este Instituto com a Cercizimbra para minimizar o grave problema



Assembleia Municipal de Sesimbra

causado à População Quinta Condense é manifestamente deficitária.-----

----- Porque o encerramento deste atendimento deixa os Quinta Condenses mais desprotegidos, porque a maioria das pessoas que até agora se socorriam deste apoio na Quinta do Conde continuam a ter que se deslocar a Sesimbra ou a Setúbal, situação que entendemos ser insuportável a quem se encontra mais vulnerável, falamos em termos financeiros e também na escassez de transportes públicos nomeadamente para Sesimbra.-----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra solidariza-se mais uma vez com os Quinta Condenses e solicita ao Governo a criação de melhores condições de qualidade e de proximidade que respondam às questões referidas de forma permanente.”-----

----- O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto. -----

----- Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----

Sesimbra, 03 de setembro de 2016.

A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.